



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1962.

Na solenidade de instalação da VII Conferência Regional da FAO para a América Latina.

Em nome do Governo brasileiro, tenho a grata satisfação de cumprimentar os dirigentes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e os delegados participantes desta VII Conferência Regional para a América Latina. Ao fazê-lo, estou certo de interpretar os sentimentos mais vivos de meu país.

A FAO tem sido, na América Latina e nas áreas ainda não desenvolvidas de todo o mundo, uma bandeira contra as práticas rotineiras, na luta pela modernização dos processos de trabalhar a terra, com a finalidade de melhorar as condições de alimentação do homem. Com seu prestígio já consolidado, funciona como instrumento para vencer preconceitos que ainda dificultam o estudo objetivo dos problemas ligados à agricultura e à produção de alimentos.

O temário desta Conferência bem reflete essa atuação progressista da FAO, que, dêste modo, contribui para a conquista de novas etapas da justiça social e para a emancipação econômica dos países subdesenvolvidos.

Ao situar, com lucidez e coragem, os problemas agrícolas e de alimentação da América Latina, e ao incentivar estudos e soluções que abram caminho para dismantelar velhas e superadas estruturas, a FAO estará colaborando para a criação de uma consciência nacional mais vigilante, na defesa do direito que cada povo tem de autodeterminar-se, na marcha para o seu desenvolvimento econômico e social.

Nesta Conferência, muitos desses problemas serão debatidos, desde os de ordem técnica e educacional, aos relacionados com a

posse e o uso da terra. A reforma agrária será, assim, mais uma vez examinada em seus múltiplos aspectos.

A agricultura, na América Latina, até recentemente, era o principal vínculo que ligava os nossos interesses aos grandes mercados internacionais. Foi possível, assim, importar equipamentos e técnica, em troca de nossa produção agrícola, o que nos permitiu lançar as bases atuais de nossas estruturas econômicas, agora em fase de rápida diversificação.

A experiência do último decênio veio confirmar observações de períodos anteriores, de que o mercado mundial de produtos agrícolas não acompanha, sequer, o crescimento da população das áreas exportadoras, e que seus preços vão sistematicamente declinando, em relação aos dos produtos manufaturados adquiridos nos países de elevado grau de industrialização.

Explica-se, deste modo, que os países da América Latina, no esforço de levar adiante seus programas de desenvolvimento, tenham buscado a diferenciação de suas estruturas econômicas, apoiando-se, principalmente, em seus próprios mercados internos. Mesmo assim, essa nova orientação de nossas economias, que nos tem permitido progredir, não obstante as condições adversas impostas pela conjuntura internacional, como ocorreu no último decênio, de nenhuma forma veio reduzir a importância da agricultura.

A industrialização, provocando rápida urbanização e melhores níveis de vida, aumentou a demanda interna de produtos agrícolas, de alimentos e de matérias-primas industriais. O nosso desenvolvimento, se bem que tenha, agora, na industrialização, a sua força dinâmica, depende, diretamente, da presteza com que a agricultura responde às solicitações do mercado interno.

As formas de organização da produção agrícola podem tornar-se socialmente inadequadas, sem que, por isso, tendam a transformar-se espontaneamente. Para evitar que a rigidez das estruturas agrárias, que compromete o desenvolvimento nacional, venha a criar tensões de elevado custo social, a política de desenvolvimento deve planejar modificações estruturais, isto é, deve fazer da reforma agrária um dos seus objetivos centrais.

Dotar a economia agrícola de uma estrutura que permita, por um lado, o aproveitamento racional dos recursos produtivos e, por

outro, possibilite o crescimento da produtividade com um mínimo de custo social, é a meta principal de uma política de desenvolvimento agrícola. Esse objetivo, entretanto, somente poderá ser alcançado com base em um intenso esforço de pesquisa, visando a um adequado conhecimento das potencialidades de cada área e das técnicas que melhor correspondam às características regionais.

Igual importância têm os problemas decorrentes da necessidade de defender comercialmente os nossos produtos de exportação, problemas esses agravados, ainda mais, com o sistema de tarifas preferenciais adotado pelo Mercado Comum Europeu.

Inspirado nas mesmas idéias que orientam esta Conferência, o Governo brasileiro está adotando uma série de providências no sentido de acelerar o progresso da agricultura e melhorar o índice alimentar do nosso povo.

Uma reforma radical do Ministério da Agricultura vem de ser decretada, visando a armá-lo de nova estrutura administrativa e de recursos financeiros e humanos que lhe possam dinamizar a ação, em benefício da melhoria técnica, econômica e social da agricultura brasileira. Criamos, ainda há pouco, uma autarquia de política agrária, para organizar o plano de reforma agrária nacional.

No setor alimentar, posso destacar, entre outras iniciativas, a fundação de uma autarquia de Pesca, destinada a elaborar e executar o plano nacional do pescado; a nova política de incentivo à produção do milho; e a campanha de racionalização da cafeicultura. Ao mesmo tempo, e considerando as deficiências da iniciativa privada, o Governo está-se aparelhando para intervir mais eficientemente no estímulo à produção, armazenagem, conservação e distribuição de gêneros alimentícios.

Procuramos, ainda, melhorar as condições do crédito agrícola, no sentido de torná-lo mais amplo, mais flexível e democrático, bem como estimular a organização cooperativista dos agricultores. Medidas de ordem prática estão sendo adotadas pelo Governo, com a finalidade de ampliar a rede de crédito bancário aos pequenos e médios agricultores.

Já na presente safra, os resultados dessa política se farão sentir, graças ao esforço permanente e dinâmico do nosso Ministro

da Agricultura, e acreditamos que será apreciável o aumento da produção nacional, principalmente no setor de gêneros alimentícios.

Em nosso país, a reforma agrária é, hoje, uma das reformas de base reclamadas pela consciência nacional, e não apenas uma reivindicação dos que trabalham a terra, sem serem proprietários.

Ao incentivar a sindicalização rural, o Govêrno brasileiro está certo de contribuir para dar ao homem do campo condições de defender, organizadamente, seus direitos de acesso à terra e de melhorar suas condições de vida.

Não seria demais relembrar aqui as baixas condições de alimentação dos países latino-americanos. Desejaria frisar, entretanto, que acredito que as médias de consumo *per capita*, acusadas pelas estatísticas nacionais e pelos organismos internacionais, inclusive a FAO, talvez não mostrem tôda a dura realidade. O grosso de nossas populações apresenta, em verdade, no prato diário, uma média de suprimento de calorias e proteínas consideravelmente inferior à que demonstram as estatísticas.

Essa grave situação alimentar, derivada de uma economia primária e de uma agricultura rotineira, cujos produtos sofrem uma comercialização espoliativa nos grandes mercados, não poderá ser superada no terreno das palavras ou no da filantropia internacional.

Temos que desatar as forças nacionais do desenvolvimento, tanto da agricultura como da indústria, a fim de que, mediante a ampliação das oportunidades de trabalho e a elevação do produto nacional, todos os homens e mulheres possam melhorar, rapidamente, a expensas do seu próprio esforço, os padrões alimentares que hoje se situam nas áreas da fome. A filantropia, adotada como norma de ação, contribui, antes, para retardar o processo de melhoria efetiva das condições de existência dos povos não desenvolvidos, anestesiando as lutas pela libertação nacional.

A FAO é um símbolo de inconformidade e de agitação construtiva.

Ao fazer votos de pleno êxito para o vosso trabalho, desejo afirmar que é com o maior interêsse que o Govêrno brasileiro acompanhará os debates desta Conferência, que, para nós, preocupados em realizar uma política agrária de efeitos objetivos e imediatos, não poderia ter sido convocada em ocasião mais oportuna.